



RELAÇÕES EXTERIORES

Diálogo aberto para evitar sobretaxa dos EUA

Alckmin conversa com o secretário de Comércio americano em busca de entendimento sobre a política tarifária e outras questões da relação comercial. Ele lembra que os Estados Unidos mantêm um superavit comercial com o Brasil

» ROSANA HESSEL
» RAPHAEL PATI

O governo brasileiro conseguiu abrir uma janela de diálogo com os Estados Unidos em meio às incertezas em torno do tarifação prometido pelo presidente norte-americano, Donald Trump, desde que tomou posse, em janeiro. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, conversou, ontem, com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, e o Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês), Jamieson Greer, por videoconferência.

O tema principal da conversa foi o comércio bilateral e as políticas tarifárias conduzidas pelo republicano. Em nota, o vice-presidente disse que a conversa foi positiva e destacou que acredita ser possível chegar a um bom entendimento a respeito da política tarifária, por meio do diálogo, além de outras questões que envolvam a política comercial entre os dois países.

O comunicado de Alckmin também lembrou que os Estados Unidos mantêm um superavit comercial de US\$ 200 milhões na balança comercial com o Brasil. Além disso, a corrente de comércio entre os dois países gira em torno de US\$ 80 bilhões. Ele ainda afirmou que em oito dos 10 produtos que o Brasil mais exporta para os Estados Unidos, a tarifa total é zero atualmente.

De acordo com os dados do Mdic, a taxa média ponderada efetivamente recolhida é de 2,73%, bem abaixo do que sugerem as tarifas nominais, ressaltou o ministro. Ele acrescentou que o Brasil responde, atualmente, pelo sétimo maior superavit da balança comercial de bens dos Estados Unidos.

O vice-presidente da República ressaltou, ainda, que o

Cadu Gomes/VPR



Geraldo Alckmin conversou por quase uma hora, por videoconferência, com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick



O diálogo abordou a pauta do comércio bilateral e as políticas tarifárias dos EUA. Ambos concordaram em manter, nos próximos dias, reuniões bilaterais"

Trecho da nota do Mdic

governo brasileiro busca fortalecer a complementariedade econômica entre os países, "além de aumentar a reciprocidade, fortalecer as empresas e contribuir para boas práticas comerciais entre ambos". Pelo lado dos norte-americanos, eles concordaram em manter as reuniões bilaterais nos próximos dias.

Ao que tudo indica, Alckmin tomou para si a liderança das conversas bilaterais com o segundo maior parceiro comercial do Brasil sem a participação de autoridades do Ministério das Relações Exteriores (MRE), pasta que costuma negociar com o USTR e não deu informações sobre a pauta da conversa de ontem.

Conversa positiva

O diplomata José Alfredo Graça Lima, vice-presidente do Conselho Curador do Centro

Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), destacou ser natural que a conversa ocorra entre Alckmin e a contraparte do Mdic no governo norte-americano. Ele ressaltou que o Representante de Comércio é o responsável por preparar as tais tarifas recíprocas. Logo, o fato de ele também participar da reunião foi certamente positivo.

"E os dados são muito favoráveis ao Brasil, mas não está claro quais os critérios que vão ser utilizados para impor sobretaxas a outros países que não sejam México, Canadá e China", frisou o diplomata.

No último dia 10, Trump assinou um decreto que instituiu uma tarifa de 25% sobre todo aço e alumínio importados pelo país, a partir de 12 de março. Um dos objetivos do governo brasileiro é garantir condições melhores para o aço brasileiro, visto que o Brasil é o segundo maior

exportador do produto para os Estados Unidos. Trump também anunciou novos aumentos de tarifas a partir de abril para vários países, inclusive, o Brasil. Logo, há muitas incertezas sobre o impacto dessas novas medidas internamente.

Segundo Graça Lima, somente em 2 de abril teremos mais clareza sobre o impacto do comércio exterior brasileiro. O ex-cônsul-geral do Brasil em Nova York e em Los Angeles lembrou, ainda, que, por ora, "caso (1) se mantenham as sobretarifas chinesas para produtos do agronegócio norte-americano, e (2) o Brasil disponha de oferta exportável de tais produtos, há perspectivas de desvio de comércio e ganhos para o Brasil". Contudo, ele acrescentou que haverá perdas nos setores brasileiros de aço e de alumínio e, eventualmente, no acesso ao mercado norte-americano de etanol.

Críticas a isolamento

» VICTOR CORREIA

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (PT); Cyril Ramaphosa, da África do Sul; e Pedro Sánchez, da Espanha, defenderam o respeito ao multilateralismo, em artigo conjunto publicado ontem.

Eles criticaram o crescente isolamento entre os países e argumentaram que as soluções para problemas como a desigualdade, a crise climática e os conflitos entre países só serão encontradas em conjunto.

"A confiança no multilateralismo está sob tensão; e, no entanto, nunca houve tanta necessidade de diálogo e cooperação global. É preciso reafirmar que o multilateralismo, quando se reveste de ambição e se orienta à ação, continua sendo o veículo mais efetivo para abordar desafios compartilhados e avançar em áreas de interesse comum", escreveram os presidentes.

No artigo, os presidentes defendem que é preciso combater o movimento crescente pelo isolamento e rupturas entre os países e afirmam que três eventos internacionais darão oportunidade para fortalecer o multilateralismo neste ano.

São eles a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), em Sevilha, na Espanha; a 30ª Conferência das Partes (COP 30), em Belém; e a Cúpula do G20, em Joanesburgo, África do Sul.

"O mundo está cada vez mais fragmentado, e é exatamente por essa razão que devemos redobrar os esforços para encontrar uma base comum. Joanesburgo, Belém e Sevilha precisam servir como bastiões da cooperação multilateral, demonstrando que as nações são capazes de se unir em torno de interesses comuns", ressaltaram.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Não haveria transição pacífica à democracia sem anistia

A conquista do Oscar de Melhor Filme Internacional por *Ainda estou aqui*, dirigido por Walter Salles Junior, tendo como protagonista Fernanda Torres no papel de Eunice, viúva do ex-deputado Rubens Paiva, assassinado nas dependências de um quartel do Exército no Rio de Janeiro, em 1971, suscitou um novo debate sobre a "anistia recíproca" concedida pelo presidente João Figueiredo em 1979.

Ao mesmo tempo em que eleva a autoestima nacional e a cultura brasileira, o filme também realimenta a tese de que os crimes cometidos em relação aos "desaparecidos" devem ser revistos e seus responsáveis, punidos. Na anistia de 1979, os presos políticos e exilados foram beneficiados pelo perdão, assim como os agentes dos órgãos de segurança responsáveis por sequestros, torturas e assassinatos.

Entretanto, no último dia 24, o general reformado José Antônio Nogueira Betham foi escrachado por militantes do Coletivo Levante da Juventude, que realizaram um protesto em frente ao prédio onde o militar reside, na Zona Sul do Rio

de Janeiro. Betham é acusado de participar do assassinato do ex-deputado. Os jovens estudantes atuam nas periferias das cidades brasileiras contra o "extermínio da juventude negra".

É que o caso Rubens Paiva está em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), que vai examinar se os crimes classificados como "grave violação de direitos humanos" devem ser excluídos da Lei da Anistia. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) — que recorreu de decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que arquivaram o caso —, sequestro e cárcere privado têm natureza permanente e, portanto, não deveriam ser abrangidos pela lei.

O STF reconheceu a repercussão geral do caso, o que estenderá sua decisão a todos os processos semelhantes, com efeito cascata. O livro-relatório *Brasil: Nunca Mais*, elaborado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo da Igreja Católica, por exemplo, relacionou 444 acusados de tortura, conforme depoimento de presos. Com

base em denúncias feitas à Comissão da Verdade, essa lista poderia chegar a 1.600 nomes.

Dos cinco militares acusados de terem participado do assassinato de Rubens Paiva, Rubens Paim Sampaio, Raymundo Ronaldo Campos e Jurandy Ochsendorf já faleceram. O general Betham e o sargento Jacy Ochsendorf ainda estão vivos. O grupo foi denunciado em primeira instância, no Rio de Janeiro, pelos crimes de homicídio qualificado, ocultação de cadáver, fraude processual e formação de quadrilha armada.

Pacto político

Aprovada pelo Congresso Nacional, após muito debate e ampla mobilização da oposição, a anistia de 1979 foi proposta pelo governo Figueiredo com a intenção de viabilizar uma "lenta e gradual" transição política, na qual os militares pretendiam se retirar em ordem da política, manter certa influência e retornar à rotina dos quartéis, o que aconteceu.

"Anistia ampla, geral e irrestrita" era

uma bandeira da oposição desde as primeiras cassações de seus líderes, após o golpe militar de 1964. Depois das vitórias da oposição nas eleições de 1974 e 1978, entrou na ordem do dia. Em seu primeiro artigo, a lei anunciava anistia aos crimes políticos e à polêmica conectividade desses "crimes", estendendo-a aos crimes correlatos. Isso significava anistiar torturadores e assassinos a serviço do regime.

Sua aprovação representou um pacto de convivência entre oposicionistas e militares, decisivo para viabilizar a transição pacífica à democracia no Brasil. Por óbvio, os familiares dos desaparecidos nunca aceitaram esse acordo, bem como uma parte da esquerda envolvida na luta armada contra o regime.

Com a volta ao país dos políticos cassados e exilados, o governo pretendia fracionar a oposição ao regime, unificada no antigo MDB. Para isso, também promoveu uma reforma partidária e permitiu a existência de novos partidos políticos, entre os quais o PDT, o PSB e o PTB. Deu errado para os militares e certo para a oposição.

Mesmo com a derrota da emenda Dante de Oliveira (MDB), que restabelecia as eleições diretas para a Presidência, Tancredo Neves (MDB), candidato de oposição, acabou sendo eleito presidente da República, em 15 de janeiro de 1985. Com a sua doença e morte, o vice José Sarney assumiu a Presidência, em 15 de março do mesmo ano, ou seja, há 40 anos.

Novas leis criaram mecanismos de reparação civil (emissão de atestado de óbito para desaparecidos políticos) e financeira para os atingidos pela repressão, em 1995 e 2002. As Forças Armadas nunca admitiram a existência de um sistema de tortura e desaparecimento, porém se comprometeram com o respeito à ordem democrática estabelecida pela Constituição de 1988.

É por essa razão que a maioria dos oficiais gerais de quatro estrelas não apoiou a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, e os militares envolvidos na conspiração, entre os quais o ex-presidente Jair Bolsonaro, estão sendo julgados pelo Supremo e não pela Justiça Militar.